

Responsible Editor: Maria Dolores Sánchez-Fernández, Ph.D.

Associate Editor: Manuel Portugal Ferreira, Ph.D.

Evaluation Process: Double Blind Review pelo SEER/OJS

A ABERTURA INTERNACIONAL DOS PAÍSES E SEUS IMPACTOS NA ECONOMIA CRIATIVA – CHINA “UM PONTO FORA DA CURVA”

THE INTERNATIONAL OPENING OF COUNTRIES AND THEIR IMPACTS ON THE CREATIVE ECONOMY - CHINA "AN OUTLIER"

Fabrcio Saad ¹

Matheus Noronha ²

Tulio Marques ³

Eliane Vicente ⁴

¹ Escola Superior de Propaganda e Marketing, ESPM – Brazil

E-mail: fabricao.saad@espm.br



² Escola Superior de Propaganda e Marketing, ESPM – Brazil

E-mail: mathes@abeoolica.org.br



³ Escola Superior de Propaganda e Marketing, ESPM – Brazil

E-mail: tulio.marqs@gmail.com



⁴ Escola Superior de Propaganda e Marketing, ESPM – Brazil

E-mail: eli_vicente@hotmail.com



ABSTRACT

The main objective of this article is to analyze the hypothesis that the economic freedom of a nation can, in a certain way, influence the creative potential of a given nation. Noting the UN's warning that the most creative nations are those who have been adding more value to their economy (in terms of gross domestic product), while experiencing lower unemployment rates and preparing for the impacts of the new technologies, which replace old professions and cause idleness of the workforce and, additionally, the belief and pre-existing evidence in the literature that "free" nations are environments more conducive to creativity, what is being proposed and studied here is the hypothesis that an economically opened nation produces a greater diversity of thought and that this diversity constitutes raw material for creativity and intellectual production in creative business. Adopting the criteria set forth in the UN / UNTACD Report on the Creative Economy and the different pillars / variables that make up the Heritage Economic Freedom Index, this text tries to show, based on the institutional theory (IBV), that an open nation produces and exports more products that come from the new economy - creative, shared, sustainable, cyclical, digital - and which involves sectors such as fashion, design, games, information technology, automation, cinema and visual production, among others, when compared to the most economically closed countries. The results were obtained when comparing data from 100 nations, which counted both with index of economic freedom and with data of GDP (in US\$) from the Creative Economy, known and published through public reports. Given the discovery of clear indications that do not reject the central hypothesis formulated, and that, therefore, minimally it makes some sense, new hypotheses foster a second phase of the project, which seeks to investigate from secondary data, evidence that peculiarities, such as: size and culture, specific production related to technology issues, incentives to national creative production that end up functioning as barriers to "foreign creativity economy", make China a unique giant which escapes the rule observed in the main study. Hence, we can say that China, as a point off the curve revealing itself to be a "reasonably closed and considerably creative" outlier, becomes a considerable case to be explored.

Keywords: Economic Freedom; Creative Economics; Creativity; Institution-Based Vision; IBV; China; Heritage Index; Co-creation; Colaborativismo

RESUMO

O presente artigo tem como principal objetivo analisar a hipótese de que a liberdade econômica de uma nação pode, de certa maneira, influenciar no potencial criativo desta nação. Observando-se o alerta da ONU de que as nações mais criativas são aquelas que vêm agregando maior valor a sua economia (em termos de produto interno bruto), ao mesmo tempo em que experimentam menores índices de desemprego e se preparam para os impactos das novas tecnologias, que substituem antigas profissões e causam ociosidade da força de trabalho e, adicionalmente, a crença e indícios pré-existentes na literatura de que nações "livres" são ambientes mais propícios à criatividade, o que está aqui sendo proposto e estudado, é a hipótese de que uma nação aberta produz uma maior diversidade de pensamento e que esta diversidade constitui matéria prima à criatividade e à produção intelectual nos negócios criativos. Adotando-se o critério explicitado no relatório ONU/UNTACD de Economia Criativa e os diferentes pilares/variáveis que compõem o Heritage Economic Freedom Index, buscou-se evidenciar, à luz da teoria institucional (IBV), que uma nação aberta produz e exporta mais produtos oriundos da nova economia - criativa, compartilhada, sustentável, cíclica, digital - e que envolve setores como moda, design, games, tecnologia da informação, automação, cinema, e produção visual, entre outros, quando comparada aos países mais fechados economicamente. Os resultados foram obtidos ao comparar dados de 100 nações, que contavam tanto com índices de liberdade econômica, quanto com dados de PIB (em US\$) oriundos da Economia Criativa, conhecidos e divulgados através de relatórios públicos. Dada descoberta de indícios claros que nos fazem não rejeitar a hipótese central formulada, e que, portanto, minimamente esta faz algum sentido, novas hipóteses fomentam uma 2ª fase do projeto, que busca investigar a partir de dados secundários, evidências de que peculiaridades, tais como: tamanho e cultura, produção específica relacionada a temas de tecnologia, incentivos a produção criativa nacional que acabam funcionando como barreiras a "economia criatividade estrangeira", etc., fazem da China um gigante único e que foge à regra observada no estudo principal. Daí, podemos afirmar que China, como um ponto fora da curva revelando-se um outlier "razoavelmente fechado e consideravelmente criativo", torna-se um caso a ser explorado.

Palavras-chave: Liberdade Econômica; Economia Criativa; Criatividade; Visão Baseada em Instituições; IBV; China; Heritage Index; Co-criação; Colaborativismo

How to Cite (APA)

Saad, F., Noronha, M., Marques, T., & Vicente, E. (2019). A abertura internacional dos países e seus impactos na economia criativa – china “um ponto fora da curva”. *International Journal of Professional Business Review*, 4 (1), 113–127. DOI - 10.26668/businessreview/2019.v4i1.144

Received on August 07, 2018

Approved on November 29, 2018



INTRODUÇÃO

A Economia Criativa favorece o desenvolvimento de diversas nações pela troca de conhecimento e por questões socioculturais (Mintzberg et al., 2009; Cunningham, 2002; Markusen et. al, 2008; Krakte, 2012; De Vasconcellos et al., 2017; Bianchi e Borini, 2013).

O departamento de Cultura, Mídia e Esportes do Reino Unido, em 1997 publicou o documento Creative Industries Task Force que aborda o desenvolvimento da região por meio da criação produtiva em diferentes indústrias a partir das suas principais tendências mercadológicas. No ano seguinte, o governo realizou um estudo denominado Creative Industries Mapping Document com o objetivo de mapear as principais indústrias locais que também tem como seu eixo principal o desenvolvimento produtivo por meio da criatividade. Tony Blair, em 1997, como primeiro ministro do Reino Unido teve a iniciativa de solicitar uma análise de mercado e das vantagens competitivas, a fim de saber quais seriam as áreas prósperas para a Economia Criativa do próximo século (Higgs e Cunningham, 2008).

Como consequência do avanço das indústrias por meio da criação e inovação começaram a surgir diversos autores que buscavam abordar e tratar o tema, e em 2001, o autor John Howkins cunhou a expressão Economia Criativa ao publicar seu livro “The creative economy. How people make money from ideas” (Machado, 2012). Howkins (2002) refere-se às atividades onde o capital intelectual e a criatividade são a essência para a criação, produção e distribuição de bens e serviços.

Segundo a Conferência das Nações Unidas para o Comércio Internacional e o Desenvolvimento (UNCTAD) as atividades da Economia Criativa são reunidas em quatro

grupos: (1) herança ou patrimônio (envolvem as expressões culturais tradicionais, sítios culturais e arqueológicos); (2) artes (quer as visuais quanto às performáticas); (3) mídia (relacionada à produção de conteúdo criativo com objetivo de comunicação com o grande público); e (4) criação funcional (formada por atividades como design, nova mídia e os serviços criativos como a publicidade, P&D, entre outros). A Economia Criativa tem por finalidade criar uma rede capaz de viabilizar um crescimento econômico sustentável no setor criativo, valorizando a criatividade individual ou coletiva, habilidades e talentos, além de criar riquezas e empregos a partir do desenvolvimento de propriedade intelectual.

Os impactos da liberdade econômica de uma nação em relação à produção criativa merecem ser analisados. Acredita-se que uma nação aberta tem mais chance de ser mais diversificada e criativa, e conseqüentemente melhor sucedida (Rodrigues et. al, 2014). A Economia Criativa promove o crescimento econômico de uma nação por ser uma estratégia de desenvolvimento, que gerencia um recurso de fonte inesgotável: o conhecimento. A gestão deste conhecimento permite a multiplicação e inovação de ideias e técnicas. A dissipação e/ou descentralização do conhecimento, pode favorecer economicamente muitas empresas que se permitem abrir para tais possibilidades.

Conforme os autores Zelany e Pietrucha (2017), Rodrigues et. al (2014) e Florida (2006) certificar-se se que existe uma relação positiva entre a abertura para novos conhecimentos e os impactos desta liberdade na Economia Criativa de uma empresa ou nação é um desafio que deve ser explorado no campo das pesquisas acadêmicas.

A partir da problematização do cenário configurado nos parágrafos anteriores a pergunta de pesquisa deste trabalho é: A liberdade econômica de um país favorece a Economia Criativa? Em outras palavras, nações com maior liberdade econômica produzem, importam e exportam mais produtos originados da Economia Criativa?

Para responder o nosso problema de pesquisa o objetivo deste artigo é verificar como a liberdade econômica favorece a produção da economia criativa.

Como forma de alcançar o objetivo proposto a metodologia utilizada neste trabalho se baseia em uma pesquisa quantitativa. Para fazer esta análise de dados, utilizaremos como referencial teórico o modelo Institution-Based View (IBV). Também serão considerados os dados de 100 nações, que constam em relatórios que medem o grau de liberdade econômica (Heritage Economic Freedom Index) e os reports da ONU/UNTACD de Economia Criativa. Esses dados serão analisados estatisticamente por meio de regressão linear múltipla que permitirá uma melhor compreensão de como a abertura econômica traz benefícios a economia criativa e contribui para um desenvolvimento expressivo das nações, rompendo suas fronteiras através da exportação do intangível.

A principal justificativa de pesquisa é fornecer contribuições acadêmicas para os trabalhos de Howkins (2002), Dalla Costa e De Souza-Santos (2011), Bianchi e Borini (2013) e Machado (2012) apresentando compatibilidade dos conceitos estudados na literatura de Economia Criativa e da teoria baseada em instituições evidenciando como a coparticipação do conhecimento não só favorece, mas é uma excelente estratégia de desenvolvimento e sucesso para uma nação.

A estrutura do trabalho se dá pelas seguintes etapas: Introdução; Economia Criativa e suas articulações; A visão baseada em Instituições; Metodologia; Análise de dados; Considerações finais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico abordaremos as bases teóricas que sustentam a caracterização da Economia Criativa e da visão baseada em instituições, com intuito de estabelecer as inter-relações existentes entre esses dois conceitos.

ECONOMIA CRIATIVA E SUAS ARTICULAÇÕES

“Economia é a ciência social que estuda o comportamento humano (individual e social) como adequação do uso dos meios limitados de que o homem dispõe para realização de fins diversos, em função de sua natureza, que pressupõe a liberdade” (Lionel Robbins apud Ramos, 1995, p. 107), já a Economia Criativa tem como matéria-prima a criatividade (Dalla Costa & De Souza-Santos, 2011), não sendo um monopólio dos artistas, mas presente em todos os indivíduos que possuem ideias e são capazes de criar algo genuíno e significativo (Howkins, 2002).

De acordo com a UNCTAD (2010), não há uma simples definição de criatividade, mas sim um conjunto de características que podem ser associadas – engloba imaginação, geração de ideias originais e novas formas de compreender o mundo, em diferentes formatos (texto, áudio, vídeo). A criatividade científica p. ex. pressupõe interesse e entusiasmo para experimentar e estabelecer novas associações ao resolver problemas.

A criatividade econômica é um processo dinâmico que leva à inovação em tecnologia, práticas de negócio, marketing, etc., sendo

intensamente relacionada à aquisição de vantagens competitivas na economia (UNCTAD, 2010). De qualquer forma, todas as opções encontram-se inter-relacionadas, conforme figura a seguir:

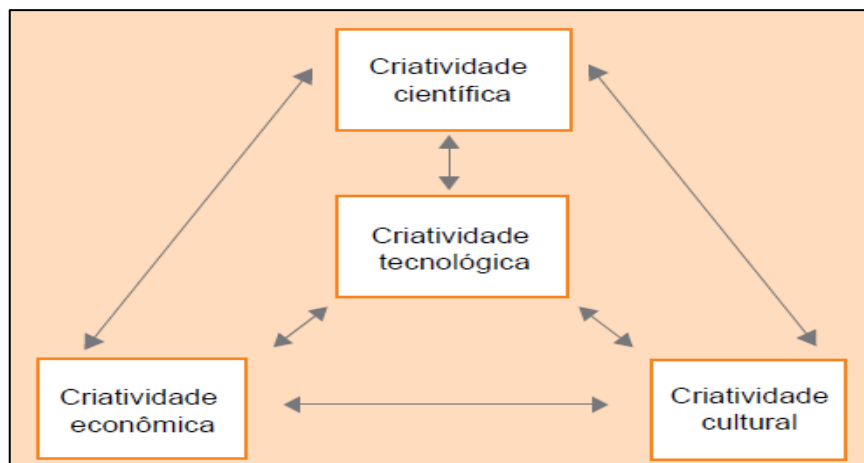


Figura 1 - Criatividade na Economia Atual
Fonte: KEA European Affairs (2006), UNCTAD (2010)

É importante frisar que a criatividade pode ser considerada o primeiro passo, a expressão do potencial humano de realização (Bendassolli et al, 2009), o meio pelo qual as ideias são produzidas, associadas e modificadas em novas ideias que são valorizadas (Hui et al, 2005) na direção da inovação. Esta, segundo Bagaregheh et al (2009), pode ser classificada segundo: a natureza (quando ela apresenta algo novo ou melhora um aspecto existente da organização), o tipo (produto, serviço, processo ou técnico); estágios (adoção, desenvolvimento, criação, implementação e comercialização); meios (tecnologia, ideias, invenções e mercado); e objetivos (competição, sucesso, econômico, diferenciação, vantagem).

Florida (2002) discute a importância da informalidade, dos novos cronogramas de trabalho e arranjos arquitetônicos em atrair e reter profissionais criativos, bem como a tendência para o trabalho colaborativo, não sendo este por sua vez repetitivo (de forma semelhante ao que acontece dentro das mentes humanas), o uso de controles emocionais, em

vez de financeiros, para gerenciar pessoas criativas (Dos Santos Zupanni e Fischer, 2016). Os membros da classe criativa são atraídos para cidades que oferecem comodidades exclusivas e valorizam a diversidade cultural, sendo que os urbanistas precisam repensar as configurações de investimento em tecnologias avançadas, atraindo indivíduos talentosos de todo o mundo, projetando infraestruturas apropriadas para facilitar novas formas de lazer direcionadas à classe criativa e promovendo tolerância de indivíduos cujos estilos de vida e/ou preferências são diferentes das gerações anteriores (Florida, 2015).

Vários autores associam e ressaltam que inovações e instituições são fatores-chave para a eficácia do crescimento econômico (Schumpeter, 1939; Solow, 1957; Machlup, 1962; Kuznets, 1972; Lucas, 1988; Aghion & Howitt, 1990; Romer, 1994; Acemoglu, 2008). Želazny & Pietrucha (2017) discutem se, e até que ponto, as inovações e instituições constituem um elemento comum de soluções efetivas voltadas para o crescimento, onde a

Economia Criativa exerce um papel fundamental neste ambiente. Estes autores propõem um método de medição de uma Economia Criativa, associando o ambiente institucional e a inovação por meio de meta-análise, cujo resultado demonstrou que a inovação e o ambiente institucional exercem papel simultâneo na descrição do fenômeno da Economia Criativa (Želazny & Pietrucha, 2017).

O crescimento da produtividade assim como a inovação são fatores importantes no crescimento econômico (Solow, 1957; Schumpeter, 1939). Bianchi & Borini (2013) estudam a internacionalização da indústria criativa e o impacto do ambiente institucional, analisando os fatores institucionais que influenciam a Economia Criativa em três dimensões: força de trabalho, inovação e diversidade. Especificamente em relação à inovação, a mesma é fomentada pelas instituições formais em face da especialização da mão de obra, do aumento na escolaridade média da população, do investimento governamental em P&D (pesquisas e desenvolvimento) de conhecimento e da criação de uma infraestrutura e ambiente propícios para o desenvolvimento e execução de novas ideias (De Vasconcellos et al., 2017).

Moriset (2013) situa dentro da Economia Criativa o fenômeno dos espaços de coworking que são o resultado do embaçamento das fronteiras e dos processos de hibridação entre as categorias tecnológica, econômica e social, ainda

que seu potencial de sustentabilidade e crescimento mereçam ser questionados, eles estão fortemente ancorados na paisagem do local de trabalho das principais cidades comerciais como símbolos da liberdade laboral. Todos os dias, mais pessoas ganham mais liberdade para fazer as próprias escolhas, nossa criatividade é pessoal e privada, e nossa capacidade de usá-la é variável e não confiável (Malinowski & Howkins, 2018).

Segundo Malone (2004), assim como as novas tecnologias ajudaram a impulsionar a ascensão das democracias, revertendo a longa tendência à centralização nas sociedades, os avanços tecnológicos atuais estão começando a estimular uma reversão semelhante nos negócios. Com as novas tecnologias de comunicação, como e-mail, mensagens instantâneas e Internet, está se tornando economicamente viável - pela primeira vez na história - dar a um grande número de trabalhadores as informações de que precisam para fazer mais escolhas (Mozzato e Grzybovski, 2018). Hoje, muito mais pessoas nas empresas podem ter o tipo de liberdade que costumava ser comum apenas em pequenas organizações. E isso pode ser uma boa notícia tanto para a produtividade quanto para a qualidade de vida. Quando as pessoas estão tomando suas próprias decisões, por exemplo, em vez de apenas seguir ordens, elas geralmente trabalham mais e demonstram mais dedicação e mais criatividade

MODELO TEÓRICO

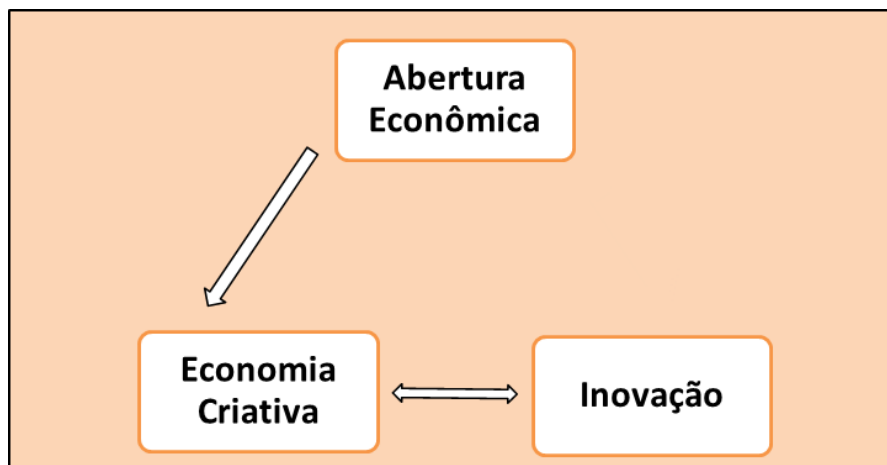


Figura 2 - Crescimento Econômico através da Abertura Econômica
Fonte: criado pelos autores

O modelo representado acima mostra que a abertura econômica de uma nação proporciona um crescimento econômico, por meio da Economia Criativa e da Inovação.

A Economia Criativa e a Inovação colaboram entre si, interagem e promovem o desenvolvimento e o crescimento econômico do país.

Via de regra, países que estão abertos e oferecem liberdade para os negócios de sua nação, tendem a ter um crescimento econômico e assumem características que são inovadoras e criativas, se comparados com sociedades extremamente fechadas e protecionistas.

A VISÃO BASEADA EM INSTITUIÇÕES

Conforme Garrido et al (2014), a visão estratégica baseada em instituições (IBV em inglês) vem sendo utilizada no século 21 como resposta às críticas e lacunas observadas nas concepções anteriores: foco na importância das habilidades gerenciais (anos 60); visão baseada na indústria (anos 80); visão baseada em recursos (anos 90). Peng (2002) atribui à IBV as diferentes opções estratégicas adotadas pelas empresas em âmbito mundial, uma vez que aquela concebe tais escolhas como fruto da

interação dinâmica entre as organizações e o ambiente institucional, considerando-a ainda como uma terceira perspectiva de liderança em gestão (Peng et al, 2009).

Os fundamentos da IBV remontam aos estudos de North (1990) e Williamson (1985) no que concerne à economia, ao institucionalismo e à eficiência, bem como a DiMaggio & Powell (1983) e Scott (1995) nos campos da sociologia e da teoria institucional, em relação ao papel da legitimidade. Neste aspecto, as instituições são as regras do jogo em uma sociedade (North, 1990; Williamson, 1998), e constrangimentos criados pelo homem que estruturam a interação política, econômica e social (North,1991). As instituições impõem restrições, definindo fronteiras legais, morais e culturais, estabelecendo o legítimo de atividades ilegítimas (Scott, 1995), e são consideradas soluções eficientes para problemas de organização em uma estrutura competitiva (Williamson, 1975).

Segundo Dunning e Lundan (2008), existem basicamente dois tipos de instituições: (i) formais – definidas como leis, constituições, regulações, que visam proteger a propriedade privada e o cumprimento dos contratos. São definidas de forma explícita, sujeitas a mudanças ao longo do

tempo, e podem antecipar comportamentos desejáveis de indivíduos e organizações (Garrido et al, 2014); e (ii) informais – definidas como valores, e sistemas de crenças, como p. ex. confiança e indulgência que reduzem os custos de transação, fazem parte do que chamamos cultura e são difíceis de mudar com o tempo (North, 1990).

Um dos principais desafios para os pesquisadores que tentam integrar as pesquisas existentes sobre a estratégia de negócios e a IBV é obter informações sobre esses dois tipos (Garrido et al, 2014), mesmo porque, em países emergentes p. ex. algumas instituições informais podem assumir o papel das instituições formais, em razão da própria inexistência destas (Rottig, 2016). Muito embora a Economia Criativa (EC) contemple ambas as instituições, buscamos no presente estudo entender a correlação entre EC e a abertura econômica das nações. Ou seja, trataremos apenas as instituições formais. Para tanto, consideraremos os dados da The Heritage Foundation (2018).

METODOLOGIA

A presente pesquisa trata de um estudo exploratório que objetiva entender os possíveis efeitos positivos dos impactos de um ambiente de liberdade econômica sobre a produção criativa de uma nação e que utiliza como fonte dados secundários de 100 nações tomando-se seus dados ao mesmo tempo no Heritage Economic Freedom Index (que mede o grau de liberdade econômica) e no report ONU/UNTACD de Economia Criativa (que mensura o volume produzido em US\$ no que se refere aos negócios criativos, por cada nação).

A técnica de análise utilizada considera o seguinte passo-a-passo:

1. Seleção das bases de dados, considerando-se os tops 100 países no ranking do Heritage Index (ref. 2018) e os dados da Economia Criativa segundo o relatório ONU/ UNCTAD (2010);

2. Estruturação do banco de dados único, considerando-se as 2 fontes de informações, 11 variáveis (10 explicativas e o volume produzido em US\$ no que tange aos negócios criativos como resposta) e os 100 países em perspectiva de análise;

3. Limpeza, cleansing, deduplicação do banco de dados e verificação da não necessidade de normalização das variáveis explicativas, que compõem 10 dos pilares do Heritage Economic Freedom Index, visto que todos os dados estão padronizados em uma escala de 0 até 100.

4. Tentativa de uma análise fatorial que objetivava agrupar as 10 variáveis explicativas em 2 ou 3 fatores, de modo a facilitar o procedimento de regressão e entendimento da influência destas variáveis/fatores sob a variável resposta – produção em negócios da Economia Criativa (não relevante).

5. Aplicação de uma regressão linear múltipla, tendo as 10 variáveis/pilares do Heritage Index como explicativas, e mantendo a produção em negócios da Economia Criativa (medida em US\$) como variável resposta.

Foi utilizado para todas as análises o software SPSS 18.4 by IBM Watson, e foram considerados os índices de precisão e certeza especificados nos resultados.

Como variáveis explicativas, foram adotados 10 dos pilares do Heritage Index, conforme entendimento a seguir:

1. Direito de Propriedade: avalia como a estrutura legal de um país permite que os indivíduos obtenham propriedade privada livremente, assegurados legalmente. Trata-se de uma medida quantificável do grau em que as leis

de um país são respeitadas e como elas protegem os direitos de propriedade privada. Quanto maior a proteção legal da propriedade, maior será a pontuação de um país, e quanto maior a chance de expropriação governamental da propriedade, menor será a pontuação do país.

2. Efetividade Judicial: visa garantir que as leis sejam plenamente respeitadas, com ações legais que impedem violações. A pontuação é derivada de três subfatores: independência judicial, qualidade do processo judicial e probabilidade de obter decisões judiciais favoráveis.

3. Carga tributária: é composta por alíquotas marginais sobre a renda pessoal e corporativa e o nível geral de tributação como uma porcentagem do produto interno bruto (PIB). A pontuação é composta de três subfatores quantitativos: a taxa de imposto marginal superior sobre a renda individual, a maior taxa marginal de imposto sobre o rendimento das empresas e a carga tributária total como porcentagem do PIB.

4. Saúde Fiscal: O aumento dos déficits e o crescente endividamento, ambos provocados pela má gestão do governo, levam à degradação da saúde fiscal de um país. A destruição da saúde fiscal está associada à instabilidade macroeconômica e à incerteza econômica. A crescente dívida pública geralmente prejudica o crescimento geral da produtividade e leva, em última análise, à estagnação econômica, impossibilitando o crescimento. A pontuação é estabelecida por dois subfatores: déficits médios como porcentagem do PIB nos últimos três anos e a dívida como porcentagem do PIB.

5. Liberdade de Negócios: este mede até que ponto os ambientes de regulamentação e infraestrutura restringem a operação eficiente dos negócios. A pontuação quantitativa vai de 0 até 100 e representa a facilidade de iniciar,

operar e fechar um negócio. O resultado representa a pontuação de liberdade de negócios do país comparado com outros.

6. Liberdade Trabalhista: trata-se de uma medida quantitativa que considera aspectos regulatórios do mercado de trabalho de um país. Incluem regulamentações relativas a salários mínimos, leis que inibem demissões, exigências de indenizações e restrições regulatórias mensuráveis sobre contratação e horas trabalhadas. Sete sub-fatores que vão de 0 até 100 compõe este índice: taxa do salário mínimo para o valor médio acrescentado por trabalhador, impedimento de contratar trabalhadores adicionais, rigidez de horas, dificuldade de demitir funcionários redundantes, período de notificação legalmente obrigatório, remuneração obrigatória e taxa de participação de força laboral.

7. Liberdade Monetária: a liberdade monetária requer uma moeda estável e determinada pelos preços de mercado. A ausência de liberdade monetária dificulta a criação de valor a longo prazo ou acúmulo capital. O valor da moeda de um país pode ser influenciado significativamente pela política monetária do seu governo. O que caracteriza quase todas as teorias monetárias são o apoio para inflação baixa e um banco central independente.

8. Liberdade Comercial: é composta pela extensão das barreiras tarifárias e não tarifárias que afetam as importações e exportações de bens e serviços. Esta liberdade está baseada em dois pontos: a tarifa média ponderada pelo comércio e as barreiras não tarifárias (BNT). As categorias de BNTs incluem: restrições de quantidade, restrições de preço, restrições regulamentares, restrições alfandegárias e intervenção direta do governo.

9. Liberdade de Investimento: países economicamente livres, não deveriam ter restrições ao fluxo de capital de investimento, no entanto, na prática a maioria dos países tem uma variedade de restrições ao investimento. Pode haver regras diferentes para investimentos estrangeiros e nacionais, restrições ao acesso ao câmbio, restrições a pagamentos, transferências e transações de capital. O índice avalia uma variedade de restrições regulatórias que normalmente são impostas ao investimento. A pontuação vai de 0 até 100.

10. Liberdade Financeira: trata-se de um indicador da eficiência bancária, bem como uma medida de independência do controle do

governo e interferência no setor financeiro. Para obter este índice, leva-se em consideração 5 aspectos (áreas): a extensão da regulamentação governamental dos serviços financeiros, o grau de intervenção do Estado em bancos e outras empresas financeiras por meio de propriedade direta e indireta, a influência do governo na alocação de crédito, a extensão do desenvolvimento financeiro e do mercado de capitais, e a abertura à concorrência estrangeira.

Como alvo do estudo, foram selecionados os seguintes países abaixo, considerando-se o critério de top 100 conforme Heritage Index e considerados também os dados que estes países apresentam quanto à Economia Criativa:

1	África do Sul	26	Coréia do Sul	51	Israel	76	Perú
2	Albânia	27	Costa Rica	52	Itália	77	Peu
3	Alemanha	28	Croácia	53	Jamaica	78	Polônia
4	Arábia Saudita	29	Csta do Marfim	54	Japão	79	Portugal
5	Armênia	30	Dinamarca	55	Jordânia	80	Reino Unido
6	Austrália	31	Dominica	56	Kosovo	81	Republica Checa
7	Austria	32	El Salvador	57	Kuwait	82	República do Quirguizistão
8	Azerbaijão	33	Emirados Árabes Unidos	58	Letônia	83	Republica Dominicana
9	Bahamas	34	Eslováquia	59	Lituânia	84	Romênia
10	Bahrain	35	Eslovênia	60	Luxemburgo	85	Ruanda
11	Bélgica	36	Espanha	61	Macau	86	Samoa
12	Bósnia e Herzegovina	37	Estados Unidos	62	Macedônia	87	Santa Lucia
13	Brunei Darussalam	38	Estonia	63	Malásia	88	São Vicente e Granadinas
14	Bulgária	39	Fiji	64	Malta	89	Sérvia
15	Burkina Faso	40	Filipinas	65	Marrocos	90	Seychelles
16	Butão	41	Finlândia	66	Maurício	91	Suécia
17	Cabo Verde	42	França	67	México	92	Suiça
18	Canadá	43	Geórgia	68	Montenegro	93	Tailândia
19	Catar	44	Guatemala	69	Nicaragua	94	Taiwan
20	Cazaquistão	45	Honduras	70	Noruega	95	Tanzânia
21	Chile	46	Hong Kong	71	Nova Zelândia	96	Tonga
22	Chipre	47	Hungria	72	Omã	97	Tunisia
23	Cingapura	48	Indonésia	73	Paises Baixos	98	Uganda
24	Colômbia	49	Irlanda	74	Panamá	99	Uruguai
25		50	Islândia	75	Paraguai	100	Vanuatu

Tabela 1 - Top 100 nações segundo Heritage Index
 Fonte: [Heritage.org/index/ranking](https://www.heritage.org/index/ranking) – top 100 countries – 2018

ANÁLISE DOS DADOS

Verificando o método proposto de regressão linear múltipla, chegamos a equação de ajuste da reta conforme modelo e parâmetros abaixo, considerando erro padrão igual a zero:

$Y = B_0 + B_1X_1 + B_2X_2 + E$, que aplicado aos parâmetros encontrados no modelo fica,

$$Y = 8.325MM + 126.928 x_1 + 104.916 x_2$$

Onde:

Y = produto aferido em negócios da Economia Criativa da nação (medido em US\$)

X1 = liberdade no ambiente de negócios (classificado de 0 até 100)

X2 = liberdade trabalhista (classificado de 0 até 100)

Onde o p-value do teste é inferior a 0,001, podendo-se assim afirmar que há fortes indícios de que a relação linear entre as variáveis do modelo existe, soma-se ainda ao fato de se verificar o p-value específico dos parâmetros B1 e B2 (0,034 e 0,002) reciprocamente, confirma-se que ambos explicam a variável resposta e o fenômeno em análise. Todas as demais variáveis foram desconsideradas neste modelo por não serem estatisticamente significantes.

Conclui-se que existe um impacto positivo de 02 (dois) pilares do Heritage Economic Freedom Index na Economia Criativa de uma nação, de modo que pode-se afirmar que países com maior liberdade no ambiente de negócios e maior liberdade laboral, tendem a ter um impacto positivo no seu PIB Criativo, medido pelo valor produzido (em US\$) em negócios da Economia Criativa destas nações.

Adicionalmente, ao avaliar a correlação das mesmas variáveis explicativas com a variável

resposta, confirma-se que existe uma relação moderada/forte entre elas, a saber:

- Corr (x1, y) = 0,78 – relação moderada entre as variáveis grau de liberdade no ambiente de negócios e produção em US\$ originária da Economia Criativa.

- Corr (x2, y) = 0,72 - relação moderada entre as variáveis grau de liberdade trabalhista e produção em US\$ originária da Economia Criativa

Ainda para efeito ilustrativo dessa correlação, considerando os 10 países melhores posicionados em termos de produtos gerados via Economia Criativa pelo report ONU/ UNTACD, e cruzando essa informação com os 02 (dois) pilares do Heritage Economic Freedom Index que se mostraram explicativos dessa produção econômica criativa, observa-se uma clara relação, relevando-se no entanto dois “cases” a serem aprofundados que são justamente as nações em desenvolvimento e pertencentes ao grupo “fechado” dos BRICS, conforme exploramos melhor adiante.

Como comumente praticada, a análise de regressão é bastante utilizada para explicar a associação entre variáveis, sendo uma técnica que torna possível escrever uma variável em função de outras variáveis independentes, desde que estejam correlacionadas, podendo assim, explicar seus comportamentos de acordo com valores estabelecidos por cada variável independente, inclusive sendo possível com isso modelar desde fenômenos e problemas cotidianos, até outros mais complexos e que envolvem a macroeconomia (como é o exemplo), desde que se encontre uma relação efeito causa-consequência. Justamente em função da proposição contida neste artigo ser de cunho econômico, tal modelagem não se apresenta infalível e imune. Há a necessidade de

aprofundar a questão (em especial dos outliers) com modelos econométricos como proposta de estudos posteriores.

Ranking EC	País	Business	Class 1	Labor	Class 2
1	China*	54,9	Média	61,4	média
2	EUA	82,7	Alta	91,4	alta
3	Hong Kong	86,1	Alta	53,3	média
4	Alemanha	96,3	Alta	89,4	alta
5	Itália	70,3	m.alta	50,3	média
6	Reino Unido	91,1	Alta	74,4	m.alta
7	França	80,2	Alta	0,45	média
8	Holanda	80,5	Alta	61,5	média
9	Suíça	75,7	m.alta	73,9	m.alta
10	Índia	56,4	Média	41,8	média

alta – 80/100 média alta – 60/ 80 média – 40/ 60 média baixa – 20/ 40 baixa – 0/ 20

Tabela 2 - Liberdade de Negócio e Trabalhista nas 10 maiores Economias Criativas Mundiais

Fonte: Criado pelos autores

(*) China sem Hong-Kong e considerando-se limítrofe como média liberdade laboral

Avaliando a tabela dos índices de liberdade de negócio e trabalhista, vemos que a China merece ser estudada separadamente, devido a dimensão dos números apresentados por esta nação e o seu potencial criativo. Uma das propostas a serem aprofundadas é o impacto permanente da migração interna desse país continental sobre a criatividade, ou seja, nessa perspectiva, é como se a China ganhasse a representação de um continente com diferentes raças, crenças, etnias, favorecendo assim, para um robusto potencial criativo e inovador. Provavelmente esse potencial tenha sido causado devido à absorção inerente da criatividade, e do potencial criativo

através da produção de diversos itens das cadeias produtivas de vários países do mundo, que enxergaram por anos, a nação chinesa como uma fonte de mão de obra abundante e barata.

Quando se analisa o Brasil, verifica-se que ele ocupa a 43ª posição no ranking de Economia Criativa mundial em termos de produtos e receitas. Ao mesmo tempo somos a 9ª economia global, sem dúvida oriunda de produtos e serviços de baixo valor agregado como as commodities, fortemente dependente de movimentos sazonais, que geram empregos de menor qualidade e baixa distribuição de renda. Esse alerta é bastante relevante, porque ao se

refletir sobre a revolução tecnológica que ocorre no mundo, percebemos que algumas profissões deixarão de existir, o que poderá impactar na piora da situação da nação. Sendo assim, tornando-se quase imperativo o investimento em desburocratizações que favoreçam a melhora no ambiente de negócios e na liberdade trabalhista, dada a relação desses fatores com a Economia Criativa, como este presente artigo apresenta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: CHINA – O PONTO FORA DA CURVA

Respondida a questão central proposta por esse estudo, podemos afirmar que existem indícios substanciais (e para além da revisão de literatura, considerando-se que estamos trabalhando com dados reais e práticos presentes nos reports base) de que sim, a liberdade econômica favorece a produção da economia criativa e, portanto, nações com maior liberdade econômica produzem e exportam mais produtos originados da Economia Criativa.

Conforme os levantamentos durante a análise de dados visualizou-se a China e a Índia como destaques entre os países demonstrados na tabela 2. Isso faz com que a sugestão para os próximos estudos seja aprofundada em ambos os países e especificamente na China por ter sido o país com indicadores mais acentuados e possuir um governo com restrições políticas regulatórias que implicam na liberdade econômica de mercado do país e nas características de centralização de mercado tendo o Estado como eixo principal nas tomadas de decisões econômicas (Montinola, Qyan e Weingast, 1995).

Considera-se como principal descoberta e fenômeno desta pesquisa a China entre os países

com maior produção de economia criativa dentro dos índices de liberdade de negócio e trabalhista. Conforme os autores Kong et. al. (2006) e Keane (2009) estes fatores decorrem de uma transformação sociocultural, inovação organizacional e de adaptação geográfica na região da Ásia, especificamente na China. Estes autores destacam questões como tamanho geográfico, potencial e diversidade, cultura, produção criativa específica relacionada a temas de tecnologia e o impacto do incentivo governamental. Keane (2013) ainda aprofunda em um dos seus trabalhos que a governança de capital humano são fatores fundamentais para o investimento em indústrias criativas na região da China. Seguindo o mesmo princípio Krugman (1991;1980) mostra em suas pesquisas os fatores como regionalização, economias de escala e distribuição logística influenciam no desenvolvimento e participação da manufatura na renda local. Estes fatores apresentados pelas pesquisas de Krugman podem ser fundamentais para explicar a ascensão da China em futuras pesquisas na área de economia criativa.

A partir das análises concebidas durante a pesquisa o principal questionamento sobre a China para futuros estudos permeia a dúvida: como é possível explicar um outlier “razoavelmente” fechado do ponto de vista econômico ser consideravelmente criativo?

Em um primeiro momento, pensamos na relação PIB criativo/ população como uma variável normalizadora do tamanho da China, mas isso colocaria por terra até mesmo a análise do PIB convencional dado que não guardamos devidas proporções entre as nações mais ricas e desenvolvidas com o tamanho de sua população e/ou território (apenas do ponto de vista ilustrativo, basta pensarmos no PIB do Japão, sem dúvida uma das potências econômicas dos

tempos modernos). De qualquer forma, ao avaliarmos a relação entre % do PIB Criativo sobre o PIB total da nação, percebemos que o case Chinês se mantém dentro de uma média global de cerca de 3% (capítulo 3, relatório ONU/UNCTAD) sendo que em poucas nações observamos outliers nesse quesito como no caso da Itália (que chega a 8,3%) ou Reino Unido e Austrália (cerca de 7%) para citar esses dois casos tidos como referência em políticas e estratégias governamentais para economia criativa.

Assim sugere-se para próximos estudos dado que a 1ª suposição do impacto multi-cultural

pelo tamanho de um país continental é uma hipótese suficientemente complexa e empírica para ser comprovada, ou ao menos explorada, devem ser focados em 2 proposições fundamentais aqui levantada: (1) Esse diferencial da China vem especificamente de um setor da economia criativa mais direcionado a tecnologia, mídia e suas aplicações; e (2) Os incentivos do governo Chinês ao setor criativo (e especificamente tecnológico), causam esse impacto que favorece o país de forma distorcida em relação aos demais.

REFERÊNCIAS

- Acemoglu, D. (2008). Introduction to modern economic growth. Princeton University Press.
- Aghion, P. & Howitt, P. (1990) A model of growth through creative destruction. National Bureau of Economic Research.
- Baregheh, A., Rowley, J. & Sambrook, S. (2009). Towards a multidisciplinary definition of innovation. *Management decision*, 47 (8), 1323-1339.
- Bendassolli, P. F. et al. (2009). Indústrias criativas: definição, limites e possibilidades.
- Bianchi, C. G. & Borini, F. M (2013). Internacionalização da indústria criativa: o impacto do ambiente institucional. *Pensamento & Realidade. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração-FEA*. ISSN 2237-4418, 28 (4),
- Dalla Costa, A. & De Souza-Santos, E. R. (2011). Economia criativa: oportunidades baseadas capital intelectual. *Revista Economia & Tecnologia*, v.7
- Dess, G. G. & Davis, P. S. (1984). Porter's (1980): generic strategies as determinants of strategic group membership and organizational performance. *Academy of Management Journal*, 27 (3), 467-488.
- De Vasconcellos, Sílvio Luís, et al. Prospecting theoretical approaches to understand internationalization of creative economy firms. *Revista Eletrônica de Negócios Internacionais*, 2017, 12.3: 77-92.
- Dimaggio, P. & Powell, W. W. (1983). The iron cage revisited: Collective rationality and institutional isomorphism in organizational fields. *American sociological review*, 48(2), 147-160.
- Dos santos Zuppani, Tatiani; Fischer, André Luiz. Gestão internacional comparativa de recurso humanos e gestão de recursos humanos no Brasil: uma análise frente aos modelos calculativos e colaborativos. *Revista Eletrônica de Negócios Internacionais*, 2016, 11.2: 49-65.

- Dunning, J. H. & Lundan, S. M. (2008). *Multinational enterprises and the global economy*. Edward Elgar Publishing.
- Florida, R. (2006). *The flight of the creative class: The new global competition for talent*. *Liberal Education*, 92(3), 22-29.
- Florida, R., Mellander, C. & King, K. (2015). *The global creativity index 2015*. Martin Prosperity Institute.
- Garrido, E. et al. (2014). *The institution-based view of strategy: How to measure it*. *BRQ Business Research Quarterly*, 17(2), 82-101.
- Gülümser, A. A., Baycan-Levent, T. & Nijkamp, P. (2010). *Measuring regional creative capacity: A literature review for rural-specific approaches*. *European Planning Studies*, 18 (4), 545-563.
- Heritage.Org. Recuperado em 28 de outubro, 2018, de <https://www.heritage.org/index/ranking>
- Howkins, J. (2002). *The creative economy: How people make money from ideas*. United Kingdom: Penguin.
- Hui, D. et al. (2005). *A study on creativity index*. Home Affairs Bureau, The Hong Kong Special Administrative Region Government.
- Kea European Affairs (2006). *The Economy of Culture in Europe: A Study Prepared for the European Commission (Directorate-General for Education and Culture)*. EC.
- Kraaijenbrink, J., Spender, J. C. & Groen, A. J. (2010). *The resource-based view: a review and assessment of its critiques*. *Journal of management*, 36 (1), 349-372.
- Kuznets, S. (1972). *Innovations and adjustments in economic growth*. *The Swedish Journal of Economics*, 74(4), 431-451.
- Lucas, R. E., Jr. (1988). *On the mechanics of economic development*. *Journal of monetary economics*, 22 (1), 3-42.
- Machado, L. A. (2012). *Economia criativa: definições, impactos e desafios*. 21 (julho). ISSN 1677-4973, 84.
- Machlup, F. (1962) *The production and distribution of knowledge in the United States*. Princeton university press.
- Malinowski, B. & Howkins, J. (2018) *Creative ecologies: where thinking is a proper job*. Routledge.
- Malone, T. W. et al. (2004). *The future of work*. Audio-Tech Business Book Summaries, Incorporated.
- Mintzberg, H., Ahlstrand, B. & Lampel, J. (2009). *Safári da estratégia*. Bookman Editora.
- MORISSET, Bruno. *Building new places of the creative economy. The rise of coworking spaces*. 2013.
- MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize. *Global mindset: Premissa para desenvolver vantagem competitiva em mercados internacionais*. *Revista Eletrônica de Negócios Internacionais*, 2018, 13.1: 77-89.
- North, D. C. (1990). *Institutions, Institutional Change, and Economic Performance*. Harvard University Press, Cambridge.
- North, D. C. (1991) *Institutions*. *Journal of economic perspectives*, 5(1), 97-112.

-
- O'Connor, J. (2010). The cultural and creative industries: a literature review. *Creativity, Culture and Education*.
- Oliveira, J. M., Araujo, B. C. & Silva, L. V. (2013). Panorama da economia criativa no Brasil.
- Peng, M. W. (2002). Towards an institution-based view of business strategy. *Asia Pacific Journal of Management*, 19(2-3), 251-267.
- Peng, M. W. et al. (2009). The institution-based view as a third leg for a strategy tripod. *Academy of Management Perspectives*, 23(3), 63-81.
- Ramos, J. (1995). Lionel Robbins: Contribuição Para Metodologia da Economia. EdUSP.
- Romer, P. M. (1994). The origins of endogenous growth. *Journal of Economic perspectives*, 8(1), 3-22.
- Rottig, D. (2016). Institutions and emerging markets: effects and implications for multinational corporations. *International Journal of Emerging Markets*, 1(1), 2-17.
- Saris, J. & Brouwer, J. (2005). Creativity as competitive factor for urban regions. *Creativity and the city: how the creative economy is changing the city*, p. 108-143.
- Schumpeter, J. A. et al. (1939). *Business cycles*. New York: McGraw-Hill.
- Solow, R. M. (1957). Technical change and the aggregate production function. *The review of Economics and Statistics*, 39(3) 312-320.
- Scott, W. R. (1995). *Organizations and institutions. Foundations for Organizational Science*. Sage Publications: Thousand Oaks, CA, USA
- Ramos, J. (1995). Lionel Robbins: Contribuição Para Metodologia da Economia. São Paulo: EdUSP.
- UNCTAD. (2010). *Economia Criativa: Uma Opção de Desenvolvimento Viável. Relatório de Economia Criativa*. São Paulo
- Williamson, O. E. (1975). *Markets and hierarchies*. New York, v. 2630.
- Williamson, O. E. (1985). *The Economic Institutions of Capitalism: Firms, markets, relational Contracting*. Free Press.
- Williamson, O. E. (1998). The institutions of governance. *The American Economic Review*, 88(2), 75-79.
- Želazny, R. & Pietrucha, J. (2017). Measuring innovation and institution: the creative economy index. *Equilibrium. Quarterly Journal of Economics and Economic Policy*, 12(1), 43-62.